

## ACÓRDÃO Nº 065217/2023-PLENV

1 **PROCESSO:** 202787-2/2023

2 **NATUREZA:** REPRESENTAÇÃO DA SGE

3 **INTERESSADO:** SGE-SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO, 1ª CAP - COORD AUD ADMISSAO GESTAO PESSO

4 **UNIDADE:** FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, ESPORTE E LAZER DE DUQUE DE CAXIAS

5 **RELATOR:** MARCELO VERDINI MAIA

6 **REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO:** HENRIQUE CUNHA DE LIMA

7 **ÓRGÃO DECISÓRIO:** PLENÁRIO VIRTUAL

8 **ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **REPRESENTAÇÃO DA SGE**, ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, em sessão do **PLENÁRIO VIRTUAL**, por unanimidade, por **TORNAR SEM EFEITO** com **CONHECIMENTO** e **COMUNICAÇÃO**, nos exatos termos do voto do Relator.

9 **ATA Nº:** 19

10 **QUÓRUM:**

**Conselheiros presentes:** Rodrigo Melo do Nascimento, Marianna Montebello Willeman, Domingos Inácio Brazão e Marcio Henrique Cruz Pacheco

**Conselheiros-Substitutos presentes:** Andrea Siqueira Martins, Marcelo Verdini Maia e Christiano Lacerda Ghuerren

11 **DATA DA SESSÃO:** 12 de Junho de 2023

**Marcelo Verdini Maia**

Relator

**Rodrigo Melo do Nascimento**

Presidente

Fui presente,

**Henrique Cunha de Lima**

---

Procurador-Geral de Contas



---

**PLENÁRIO**

**PROCESSO:** TCE-RJ 202.787-2/23

**ORIGEM:** FUNDAÇÃO APOIO ESCOLA TÉCNICA DUQUE CAXIAS

**NATUREZA:** REPRESENTAÇÃO

**INTERESSADO:** SGE-SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO

**FUNDAÇÃO APOIO ESCOLA TÉCNICA DUQUE CAXIAS.  
REPRESENTAÇÃO COM NARRATIVA DE SUPOSTAS  
IRREGULARIDADES NO QUADRO DE SERVIDORES DO ÓRGÃO.**

**ALEGAÇÕES DE IRREGULARIDADES RELACIONADAS À FALTA DE  
CARGOS EFETIVOS. NECESSIDADE DE OPORTUNIZAR O  
PRONUNCIAMENTO DO RESPONSÁVEL.**

**ERRO MATERIAL NO VOTO PROFERIDO NOS AUTOS DO  
PROCESSO TCE-RJ N.º 202.766-8/23 E NO ACÓRDÃO  
20476/2023. TORNAR SEM EFEITO A DECISÃO PROFERIDA EM  
15.03.2023 NO QUE TANGE AO PRESENTE PROCESSO.**

**CONHECIMENTO. COMUNICAÇÃO.**

Trata-se de Representação deflagrada pelo Secretário Geral de Controle Externo – SGE, o qual, subsidiado em instrução da 1ª CAP, vinculada à SUB-Pessoal, narra a existência de irregularidades na Fundação Apoio Escola Técnica, Ciência, Tecnologia, Esporte, Lazer, Cultura, Políticas Sociais de Duque de Caxias.

Relata a 1ª CAP a existência de irregularidades, pormenorizadas em manifestação datada de 01.02.2023, a seguir sintetizadas, e formula a seguinte proposta de encaminhamento:

Em consulta ao banco de dados deste Tribunal de Contas (Portal BI, Painei “AudFopag”), por meio da análise automatizada de folhas de pagamento dos órgãos e entidades jurisdicionados deste TCE-RJ, encaminhadas ao Tribunal por força da Deliberação TCE-RJ nº 293/18, e tomando por referência critérios de risco, materialidade, relevância e oportunidade estabelecidos no art. 1º da Resolução TCE-RJ nº 302/17, foi identificado que a Fundação de Apoio à Escola Técnica, Ciência, Tecnologia, Esporte, Lazer, Cultura e Políticas Sociais de Duque de Caxias (FUNDEC) não apresenta servidores efetivos em seu quadro de pessoal.

[...]

1 – DA AUSÊNCIA DE CARGOS EFETIVOS NO QUADRO PRÓPRIO DE PESSOAL;

[...]

2 – DAS CONTRATAÇÕES POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORES EFETIVOS

[...]

I. O **CONHECIMENTO** desta representação, por estarem presentes os requisitos legais;

II. A **COMUNICAÇÃO**, nos termos do art. 26, § 1º, do Regimento Interno, ao atual Presidente da Fundação de Apoio à Escola Técnica, Ciência, Tecnologia, Esporte, Lazer, Cultura e Políticas Sociais de Duque de Caxias (FUNDEC), **para que se pronuncie quanto ao mérito desta representação, no prazo legal, devendo apresentar esclarecimentos de fato e de direito que entender pertinentes e juntar os documentos que repute necessários à comprovação de suas alegações, bem como para que:**

- a) Abstenha-se de nomear servidores para cargos em comissão que não se destinem a funções de direção, chefia e assessoramento;
- b) Abstenha-se de efetuar contratações por prazo determinado não albergadas pelos pressupostos da temporalidade e da excepcionalidade, para o exercício de funções que deveriam ser desempenhadas por servidores efetivos;

III. Seja, por fim, julgada **PROCEDENTE** esta representação, a fim de que sejam adotadas as seguintes providências:

a) A **COMUNICAÇÃO** ao atual Presidente da Fundação de Apoio à Escola Técnica, Ciência, Tecnologia, Esporte e Lazer de Duque de Caxias, nos termos do art. 26, §1º, do RITCERJ, para que auxilie o Prefeito Municipal na elaboração do projeto de lei a ser encaminhado ao Poder Legislativo, com vistas à regularização do quadro de pessoal da FUNDEC, **comprovando a esta Corte o seu cumprimento**, atentando-se para os seguintes pontos:

a.1) Promova, **no prazo de 120 dias**, a adequação do quantitativo de cargos comissionados e efetivos, de forma a resguardar a proporcionalidade exigida pela Constituição Federal, o que poderá ser alcançado mediante ações como:

i) Criação de cargos efetivos, para a subsequente realização de concurso público, no intuito de substituir parte dos servidores comissionados e das contratações temporárias por servidores efetivos;

ii) Extinção de cargos em comissão que não pressuponham necessária relação de confiança ou que não estejam relacionados às funções de direção, chefia e assessoramento;

a.2) Observe, quando da adequação de seu quadro de pessoal:

i) Que os cargos cujas atribuições sejam de natureza permanente, com funções tipicamente burocráticas, devem ser providos por meio do necessário concurso público, nos termos do art. 37, II, da CRFB;

ii) Que a lei que reestruturar o quadro de pessoal deve obedecer ao que preceitua o inciso V do art. 37 da CRFB, com redação dada pela EC nº 19/98, no sentido de que “os cargos em comissão devem ser preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei” e “destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento”;

iii) Que os princípios da impessoalidade, moralidade, razoabilidade e proporcionalidade devem estar presentes quando das definições dos quantitativos e das atribuições de todos os seus cargos (efetivos e comissionados);

a.3) Proceda, após adotadas as medidas previstas nos itens a.1 e a.2, à realização de concurso público, **em novo prazo de 120 dias**, com vistas a dar provimento aos cargos de vínculo efetivo;

b) A **COMUNICAÇÃO** ao atual Prefeito Municipal de Duque de Caxias, nos termos do art. 26, §1º, do RITCERJ, para que, ciente desta decisão, empreenda esforços, observada sua competência privativa no que tange à iniciativa dos projetos de lei que disponham sobre a criação de cargos na administração autárquica, na propositura de projeto de lei que regularize a forma de provimento do quadro de pessoal da FUNDEC;

c) A **COMUNICAÇÃO** ao atual Presidente da Câmara Municipal de Duque de Caxias, nos termos do art. 26, §1º, do RITCERJ, para que, ciente desta decisão, empreenda esforços, observado o devido processo legislativo, na tramitação de projeto de lei que regularize a forma de provimento do quadro de pessoal da FUNDEC.

Uma vez que a peça inaugural não contava com pedido de concessão de tutela provisória formulado nos termos do Regimento Interno, o feito foi encaminhado ao Ministério Público de Contas que, representado por seu Procurador-Geral, manifestou-se nos seguintes termos:

Pelo exposto, o parquet de contas opina, favoravelmente, pelo **CONHECIMENTO** desta representação (item I da proposta de encaminhamento); pela **COMUNICAÇÃO** ao atual Presidente da Fundação de Apoio à Escola Técnica, Ciência, Tecnologia, Esporte, Lazer, Cultura e Políticas Sociais de Duque de Caxias (item II e subitem III.a da proposta de encaminhamento); pela **PROCEDÊNCIA** desta representação (item III da proposta de encaminhamento); pela **COMUNICAÇÃO** ao atual prefeito municipal de Duque de Caxias (item 3.b da proposta de encaminhamento); e pela **COMUNICAÇÃO** ao atual presidente da Câmara Municipal de Duque de Caxias (item 3.c da proposta de encaminhamento), nos exatos termos sugeridos pelo corpo instrutivo.

O processo tramitou inicialmente em conjunto com os autos do TCE-RJ n.º 202.766-8/23, n.º 202.790-9/23, n.º 202.794-5/23 e n.º 202.798-1/23 e, em sessão plenária de 15.03.2023, foi proferido voto em conjunto para os feitos e lavrado o Acórdão n.º 20476/2023 sem que, entretanto, fossem observadas as especificidades de cada um dos casos.

Após identificar a falha nos autos relacionados, a 1ª CAP realizou a desapensação dos processos e adotou as providências necessárias à devolução do presente feito.

---

## É O RELATÓRIO.

Inicialmente, verifica-se a ocorrência de erro material no voto de 15.03.2023, proferido nos autos do processo TCE-RJ n.º 202.766-8/23, e na emissão do Acórdão n.º 20476/2023, uma vez que, em que pese mencione a correlação com o presente feito, não refletiram os aspectos a serem considerados na apuração em tela.

Consequentemente, torno sem efeito a decisão prolatada em 15.03.2023 nos autos do processo TCE-RJ n.º 202.766-8/23, bem como o Acórdão n.º 20476/2023, no que diz respeito à sua aplicabilidade ao presente processo, e passo a decidir em relação à Representação.

Quanto à análise dos pressupostos de admissibilidade do presente, cumpre consignar que a peça processual em tela atende ao estabelecido no art. 109 do Regimento Interno, presentes os pressupostos de admissibilidade do procedimento, razão pela qual a Representação deverá ser conhecida.

No mesmo sentido, verifica-se que restou comprovada a existência dos requisitos ao exame do mérito, previstos no art. 111 do Regimento Interno, de modo que a análise do feito prosseguirá no âmbito deste Tribunal.

Feitas tais considerações, antes do pronunciamento acerca do mérito da peça e a fim de aperfeiçoar o contraditório processual, mostra-se pertinente a realização de Comunicação do responsável para que se manifeste nos autos, assim como encaminhe os elementos necessários ao saneamento do feito e atente ao exato cumprimento da lei, conforme proposto pela instrução.

Diante do exposto, posiciono-me **DE ACORDO** com o Corpo Técnico e **DE ACORDO** com o Ministério Público de Contas, consignando que as manifestações das instâncias instrutivas estão disponíveis no sítio eletrônico deste Tribunal, em espaço próprio às consultas processuais.

### VOTO:

1. Por **TORNAR SEM EFEITO** a decisão prolatada em 15.03.2023 nos autos do processo TCE-RJ n.º 202.766-8/23, bem como o Acórdão n.º 20476/2023, no que diz respeito à sua aplicabilidade ao presente processo;

2. Por **CONHECIMENTO** da Representação, eis que presentes os requisitos de admissibilidade estabelecidos no art. 109 do Regimento Interno;

3. Por **COMUNICAÇÃO** ao responsável pela Fundação de Apoio à Escola Técnica, Ciência, Tecnologia, Esporte, Lazer, Cultura e Políticas Sociais de Duque de Caxias (FUNDEC), nos termos regimentais, para que tome ciência da decisão desta Corte e, no prazo de 15 (quinze) dias, pronuncie-se acerca do mérito desta Representação e adote as seguintes medidas:

3.1. Apresente os esclarecimentos de fato e de direito que entender pertinentes, assim como junte os documentos que repute necessários à comprovação de suas alegações;

3.2. Abstenha-se de nomear servidores para cargos em comissão que não se destinem a funções de direção, chefia e assessoramento;

3.3. Abstenha-se de efetuar contratações por prazo determinado não albergadas pelos pressupostos da temporalidade e da excepcionalidade, para o exercício de funções que deveriam ser desempenhadas por servidores efetivos.

GCSMMV,

**MARCELO VERDINI MAIA**  
**Conselheiro Substituto**